

# Falta de acordo vai continuar até em 88

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Como há duas semanas, ontem também não houve acordo entre o Centrão, as esquerdas e a Mesa da Câmara. A cada dia o deputado Ulysses Guimarães ficava esperançoso, anunciava estarem os entendimentos dependendo de pequenas coisas e marcava nova reunião para 24 horas depois. Mas a véspera só não era mais frustrante do que o dia seguinte. Pois ontem o tempo acabou. As lideranças partidárias desistiram de ficar enxugando gelo. "Em janeiro tudo se resolverá", retruca o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, eterno otimista.

Ledo engano. O que não foi feito depois de tanta discussão difícilmente acontecerá quando deputados e senadores voltarem de suas bases, após o recesso parlamentar. Vai ficar pior, por razão muito simples: as bases estão irritadas. Mais do que desesperançada, a sociedade real mostra-se inconformada. Muito menos diante das marchas e contra-marchas da Constituinte, das filigranas, das malandragens, dos debates inócuos e dos mil e um projetos feitos e refeitos ao longo dos últimos onze meses. O País de verdade, situado fora de Brasília, tem dado muito pouca importância aos trabalhos de redação da nova Carta. É coisa dos políticos, para o político, ouve-se nos Estados. O ressentimento social possui raízes mais fortes e mais profundas, expressas pelas dificuldades de vida, pelos reclamos do dia-a-dia de cada um. Nem adianta alinhá-los, pois estão à vista de todos: carestia, inflação, desemprego, salários cada vez comprando menos, inoperância do governo, egoísmo de uns e ganância de outros. Pequena elite dá-se conta do que vai ocorrendo no palácio do Congresso, mas não é para ela que se volta a atenção de deputados e senadores. Os votos estão na massa.

E o sentimento da massa será captado e até transmitido aos constituintes, nas próximas duas semanas, em maior intensidade do que tem sido até agora. Ao retornarem, eles estarão reciclados. Afinal, jogam sua sobrevivência política na tentativa de exprimir as bases.

Aqui a coisa enrola, em termos de perspectiva para um acordo. Quem for do Centrão voltará cada vez mais convencido da importância de obstar fantasias socializantes no projeto de nova Constituição. Quem for da esquerda, por sua vez, chegará a Brasília certo de não poder abrir mão dos princípios já constantes do texto da Comissão de Sistematização. Os poucos que tentam formar o grupo do "entendimento" estarão conscientizados para as dificuldades sempre maiores de viabilizar o próprio rótulo.

Dá-se exemplo prático: caso houvesse o entendimento em torno das mudanças ao regimento interno, agora, ficariam abertas as portas para diálogo igual, nos debates sobre o mérito do projeto. Sem muitos obstáculos, chegar-se-ia a capítulos

sociais econômicos e políticos capazes de exprimir um quase consenso nacional. Até mesmo o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney poderia ser restabelecido.

Só que vai ocorrendo o contrário, nesse ensaio geral realizado em função do regimento interno, pronúncio do que será a encenação de verdade quando chegar a hora, se chegar, em janeiro, do exame do mérito do projeto de nova Constituição. Posições empedernidas de parte e parte e, em consequência, confrontos mais que diários, pois verificamos todas as horas em que as sessões se realizarem. O Centrão tem maioria para impor seus pontos de vista, mas subsistirá ao massacre de precisar permanecer de manhã, de tarde de noite e de madrugada no plenário da Câmara dos Deputados? Difícil, certamente. A cada falta eventual de maioria, as esquerdas estarão atentas. Resultado: ou não se vota nada ou se vota um monstro ainda pior do que o projeto "Frankenstein", socialista aqui, democrático ali, e, em certos casos, até fascista. Um conjunto que não será o resultado da soma das partes, mas, contrariando a lógica, o resultado das antipartes.

Por tudo isso o deputado Ulysses Guimarães perdia, ontem, o que lhe resta dos cabelos. Desenvolvia esforço para tentar, de qualquer maneira, em janeiro, o acordo. Recusa-se a acreditar no impasse e tem formado as otimistas. No fundo, está temeroso. Sabe que a alternativa para termos uma péssima Constituição nova é não termos Constituição nova. Nesse caso, o risco será de darmos de ter, também, a democracia e a Nova República. Um impasse constituinte poderá transformar-se num impasse institucional.

Essa previsão pareceria impossível onze meses atrás, quando da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Mas já estava desenhada. Primeiro porque, apesar do rótulo, Assembléia Constituinte não foi, nem é, mas meio Congresso ao qual se deram funções constituintes limitadas. Conforme o consultor-geral da República, Saulo Ramos, funções constituintes derivadas. Poderes de segundo grau. Depois, porque começou a funcionar sem um texto-base, por conta de uma pretensa soberania ilimitada que não admitia roteiros prévios. O resultado foi esse projeto confuso, fantástico e prolixo, obra das minorias e agora contestado pela maioria. Se houvesse tempo, melhor seria começar tudo de novo, partindo-se, como sugeriu o ministro Paulo Brossard, da Constituição de 1946. Talvez, da Constituição de 1967, antes de ser emendada pela ditadura do Ato Institucional nº 5. Apesar de espúria em suas origens, pois não proveto de uma Assembléia Nacional Constituinte, aquela Carta era correta em seu texto, imagem que não se aplicará agora, ainda que se conceda ao Congresso Constituinte, com muita tolerância, a denominação de Assembléia Nacional Constituinte...